

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamaral.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

01. Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

02. Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

03. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

04. De acordo com o texto,
- A) os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
 - B) a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
 - C) a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
 - D) é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.
05. Na expressão “pequenas inversões **axiológicas**”, o termo em destaque
- A) é relativo aos valores éticos.
 - B) refere-se aos axiomas sociais.
 - C) relaciona-se aos direitos civis.
 - D) significa degradação moral.
06. Os termos em destaque no período “[...] **já** por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), **já** por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de
- A) tempo.
 - B) alternância.
 - C) causalidade.
 - D) conformidade.
07. Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A) O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B) O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C) O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D) O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

I	“A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.” – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado.
II	“[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]” – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética.
III	“Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.” – vírgulas utilizadas para separar o aposto.
IV	“Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.” – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo.

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcatruas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
 - B) deverá permanecer no local de trabalho.
 - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
 - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
 - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) adicionais e gratificações.
 - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
 - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
 - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
 - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
 - B) terá direito à remuneração.
 - C) ficará sem remuneração.
 - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
 - B) demissão.
 - C) advertência.
 - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
 - B) arquivamento do processo.
 - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
 - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
 - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
 - C) será facultado à servidora a data da publicação.
 - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
 - B) tempo de serviço em atividade privada.
 - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
 - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
 - B) readaptação.
 - C) redistribuição.
 - D) aproveitamento.

21. A Resolução CFC nº 1282, de 28 de maio de 2010, alterou a nomenclatura atribuída aos princípios contábeis. De acordo com essa Resolução, a nomenclatura passou a ser
- A) Princípios para Fins Contábeis.
 - B) Princípios Fundamentais de Contabilidade.
 - C) Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos.
 - D) Princípios de Contabilidade.
22. A Resolução CFC nº 900, de 22 de março de 2001, que dispõe sobre a aplicação do princípio da atualização monetária, determinou que esse princípio fosse aplicado sempre que
- A) não houver documento que comprove o valor original.
 - B) a inflação acumulada no triênio for de 100% ou mais.
 - C) os sócios da entidade necessitarem atualizar o patrimônio.
 - D) os critérios de avaliação de ativos sofrerem alterações.
23. São exemplos de fatos contábeis permutativos:
- A) pagamento de duplicata com juros, aquisição de veículo, apropriação de juros de empréstimos.
 - B) recebimento de clientes, compra de matéria-prima, perda de estoques por catástrofe ambiental.
 - C) venda de mercadorias com lucro, pagamento de conta de energia, recebimento de aluguel.
 - D) aquisição de embalagens, pagamento de duplicata, requisição de matéria-prima para produção.
24. A atual Lei das Sociedades por Ações incluiu como nova demonstração financeira de divulgação obrigatória a demonstração
- A) do Resultado do Exercício.
 - B) das Origens e Aplicações de Recursos.
 - C) das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - D) dos Fluxos de Caixa.
25. As contas retificadoras, também chamadas de redutoras, são aquelas que, embora apareçam num determinado grupo patrimonial, têm saldo contrário em relação às demais contas desse grupo. São contas retificadoras:
- A) depreciação acumulada, capital a integralizar, juros passivos.
 - B) duplicatas descontadas, exaustão acumulada, ações em tesouraria.
 - C) juros ativos, amortização acumulada, provisão para devedores duvidosos.
 - D) balanço de abertura, provisão para risco de crédito, prejuízos acumulados.
26. A conta “ações em tesouraria” faz parte do grupo
- A) Ativo circulante.
 - B) Patrimônio líquido.
 - C) Passivo não circulante.
 - D) Caixa e equivalentes.

27. A transgressão de um preceito do Código de Ética Profissional do Contador constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de
- A) advertência reservada, censura reservada e censura pública.
 - B) advertência reservada, advertência pública e cassação.
 - C) censura reservada, censura pública e cassação.
 - D) advertência, censura e aplicação de multa.
28. Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se Receitas Públicas. Sobre os ingressos extraorçamentários, afirma-se:

I	Representam apenas entradas compensatórias.
II	São recursos financeiros de caráter temporário.
III	Integram a Lei Orçamentária Anual.
IV	O Estado é mero depositário desses recursos.
V	Constituem passivos exigíveis.
VI	Suas restituições se sujeitam à autorização legislativa.

Estão corretas as afirmações

- A) II, III, IV e V.
 - B) I, II, IV e V.
 - C) I, II, V e VI.
 - D) III, IV, V e VI.
29. Quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, a despesa orçamentária classifica-se em
- A) empenhada e liquidada.
 - B) corrente e de capital.
 - C) efetiva e não efetiva.
 - D) fixada e prevista.
30. Considere as seguintes afirmativas a respeito de restos a pagar:

I	Os restos a pagar dividem-se em processados e não processados.
II	São inscritas em restos a pagar as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas no início do exercício financeiro.
III	A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras atuais, mas não tem como considerar o risco do desequilíbrio futuro das contas públicas.
IV	Se a despesa foi inscrita em restos a pagar por valor estimado acima do valor real, no momento do pagamento, o saldo existente deverá ser cancelado.
V	Se a despesa foi inscrita em restos a pagar por valor estimado abaixo do valor real, no momento do pagamento, a diferença deverá ser empenhada em despesas de exercícios anteriores.

Estão corretas as afirmações

- A) II, III e V.
- B) I, II, e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.

31. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras e básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do Orçamento Público. O princípio que determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados é o da
- A) Totalidade. C) Exclusividade.
B) Universalidade. D) Transparência.
32. Na contabilidade pública, o orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais, que são
- A) os recebimentos que ultrapassam as receitas orçamentárias previstas na lei orçamentária.
B) as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária.
C) os fluxos de caixa autorizados de forma excepcional pelo poder legislativo para aquisição de bens.
D) as solicitações de empenho para pagamento de despesas oriundas de atividades legislativas.
33. No Balanço Orçamentário, a linha de “DÉFICIT” é preenchida com a eventual diferença a menor apurada entre
- A) as receitas realizadas e as despesas empenhadas.
B) as receitas previstas e as despesas fixadas.
C) as receitas realizadas e as despesas pagas.
D) as receitas previstas e as despesas liquidadas.

As questões 34 e 35 terão como base a estrutura de um Balanço Financeiro representada a seguir.

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
BALANÇO FINANCEIRO

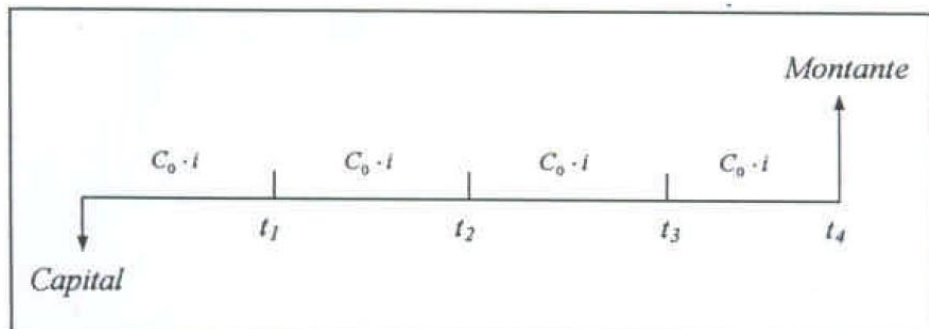
EXERCÍCIO: PERÍODO (MÊS): DATA DE EMISSÃO: PÁGINA:

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária			Ordinária		
Vinculada			Vinculada		
Previdência Social			Previdência Social		
Transferências obrigatórias de outro ente			Transferências obrigatórias de outro ente		
Convênios			Convênios		
(...)			(...)		
(-) Deduções da Receita Orçamentária					
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Recebimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		

34. Os Recebimentos Extraorçamentários (item III) consistem em ingressos não previstos no orçamento que
- A) não serão restituídos no próprio exercício.
B) serão restituídos por decisão administrativa ou sentença judicial.
C) serão restituídos apenas por sentença judicial.
D) não serão restituídos no exercício seguinte.

35. As Transferências Financeiras Concedidas (item VII) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades
- A) apenas da administração indireta e devem ser apenas extraorçamentárias.
 - B) apenas da administração direta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias.
 - C) das administrações direta e indireta e devem ser apenas orçamentárias .
 - D) das administrações direta e indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

36. Observe a figura seguinte.



Disponível em <<http://www.portaladm.adm.br/Matematica/Aula%20MF2.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

Com base no conceito de montante, é correto afirmar que a figura representa

- A) o regime de capitalização simples.
 - B) o regime de capitalização composta.
 - C) uma operação de empréstimo com desconto.
 - D) uma operação de empréstimo sem desconto.
37. Observe a equação a seguir, utilizada para o cálculo da taxa proporcional a uma dada taxa nominal.

$$i_p = \frac{i_n}{A} \times B$$

Considerando que i_p é a taxa proporcional e i_n é a taxa nominal, é correto afirmar que

- A) A corresponde à quantidade de períodos de capitalização da taxa nominal e B corresponde à quantidade de períodos de capitalização da taxa proporcional.
 - B) B corresponde à quantidade de períodos de capitalização da taxa nominal e A corresponde à quantidade de períodos de capitalização da taxa proporcional.
 - C) A e B são coeficientes de rentabilidade diretamente proporcionais às taxas nominal e proporcional.
 - D) A e B são coeficientes de rentabilidade inversamente proporcionais às taxas nominal e proporcional.
38. Um investidor individual decide aplicar um capital no valor de R\$ 5.000,00. Entre as opções de aplicação disponíveis, a escolhida pelo investidor rende 2% ao mês em regime de capitalização simples. Certo dia, ele verificou que os juros acumulados até o momento somavam R\$ 140,00. Com base nessas informações, é correto afirmar que o período decorrido entre a data da aplicação e a verificação dos juros acumulados foi de
- A) 70 dias.
 - B) 42 dias.
 - C) 35 dias.
 - D) 21 dias.

39. Utilizado em decisões de investimento, o valor presente líquido corresponde ao valor atual dos fluxos de caixa futuros, deduzido
- A) do valor da expectativa de inflação para todo o período.
 - B) do custo de oportunidade e dos juros projetados para todo o período.
 - C) do desembolso inicial e dos juros projetados para todo o período.
 - D) do valor do investimento inicial a ser realizado.
40. O Sistema de Amortização Americano tem como principal característica:
- A) parcelas constantes, formadas por juros decrescentes e amortização de capital crescente.
 - B) juros pagos de forma concomitante com a amortização do capital durante todo o período contratado.
 - C) parcelas constantes, formadas por juros crescentes e amortização de capital decrescente.
 - D) juros pagos periodicamente e devolução do capital emprestado ao final do prazo contratado.
41. A LRF definiu os limites para a despesa total com pessoal para os entes da federação. Esses limites foram determinados como percentuais específicos da
- A) receita líquida arrecadada.
 - B) receita orçamentária anual.
 - C) receita orçamentária e extraorçamentária.
 - D) receita corrente líquida.
42. A execução da despesa pública com empenho antes do fato gerador acarreta um conjunto de lançamentos padronizado (CLP) no(s) sistema(s)
- A) patrimonial e controle.
 - B) orçamentário e financeiro.
 - C) orçamentário e controle.
 - D) patrimonial e financeiro.
43. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), o Balanço Patrimonial de uma entidade pública é composto de
- A) ativo, passivo permanente, passivo financeiro e patrimônio líquido.
 - B) ativo, passivo e patrimônio líquido.
 - C) ativo, passivo, patrimônio líquido e contas de compensação.
 - D) ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e patrimônio líquido.
44. O Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro deverá ser evidenciado como anexo
- A) do Balanço Patrimonial.
 - B) do Balanço Financeiro.
 - C) da Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - D) da Demonstração do Resultado Econômico.

45. A Demonstração das Variações Patrimoniais de uma entidade pública é elaborada utilizando-se as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. São exemplos de variações patrimoniais aumentativas:
- A) impostos, ganhos com ativos e benefícios previdenciários.
 - B) exploração e venda de bens, impostos e transferências recebidas.
 - C) valorização e ganhos com ativos, benefícios assistenciais e contribuições.
 - D) transferências recebidas, benefícios previdenciários e pessoal e encargos.
46. Um ativo imobilizado pertencente a uma entidade pública deve ser reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Posteriormente, a entidade detentora do ativo pode
- A) optar por valorá-lo pelo modelo da reavaliação.
 - B) apenas reduzir seu valor por imparidade.
 - C) optar por manter o registro pelo valor inicial.
 - D) apenas reduzir seu valor pela depreciação.
47. Um processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previstos na Lei nº 8.666/1993, deve ser instruído, entre outros, com
- A) regularidade fiscal e trabalhista do contratado e habilitação jurídica.
 - B) justificativa do preço e qualificação técnica do contratado.
 - C) habilitação jurídica e qualificação técnica do fornecedor ou executante.
 - D) razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço.
48. O Anexo de Metas Fiscais que integra a LDO, segundo determina a LRF, deverá conter, entre outros,
- A) demonstrativo de metas anuais comparadas com os últimos cinco anos.
 - B) previsão de metas estabelecidas para os dois exercícios seguintes.
 - C) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
 - D) demonstrativo da evolução do patrimônio líquido dos últimos cinco anos.
49. De acordo com a LRF, considera-se obrigatória, de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que
- A) definam como obrigatório o seu pagamento dentro do prazo do orçamento anual aprovado.
 - B) fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - C) garantam ao fornecedor ou executante a inclusão do pagamento em Restos a Pagar até o final do exercício.
 - D) gerem a possibilidade de manutenção dessa despesa pelo período do mandato do governante.
50. A LRF define “dívida pública consolidada ou fundada” como sendo o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização
- A) em prazo superior a doze meses.
 - B) em prazo superior a dezoito meses.
 - C) em prazo não inferior a vinte e quatro meses.
 - D) em prazo não inferior a trinta e seis meses.

